



CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de serviços de Condomínios de Aldeia: Tâmega e Sousa |
Transformação da paisagem
Concurso Público Internacional

N.º 04/C08-I01.01/2023 Condomínio de Aldeia: Programa Integrado de Apoio às Aldeias Localizadas
em Territórios de Floresta
Investimento “RE-C08-i01: Transformação da Paisagem dos Territórios de
Floresta Vulneráveis” (PRR)

CPV77200000 – 2 Serviços Florestais

Penafiel, setembro de 2024

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	3
Cláusula 1. ^a – Objeto.....	3
Cláusula 2. ^a – Contrato.....	3
Cláusula 3. ^a – Local da prestação de serviços.....	3
Cláusula 4. ^a – Prazo.....	4
Cláusula 5. ^a – Preço base	4
Cláusula 6. ^a – Esclarecimentos de dúvidas na interpretação dos documentos que regem a prestação de serviços	6
Cláusula 7. ^a – Obrigações do adjudicatário	6
Cláusula 8. ^a – Duração do contrato	7
Cláusula 9. ^a – Dever de sigilo	7
Cláusula 10. ^a – Proteção de dados pessoais	8
Cláusula 11. ^a – Preço contratual	8
Cláusula 12. ^a – Condições de pagamento.....	9
Cláusula 13. ^a – Revisão de preço e adiantamentos.....	9
Cláusula 14. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual.....	9
Cláusula 15. ^a – Modificações objetivas do contrato.....	9
Cláusula 16. ^a – Penalidades contratuais	10
Cláusula 17. ^a – Força maior.....	10
Cláusula 18. ^a – Resolução do contrato pela entidade adjudicante	11
Cláusula 19. ^a – Resolução por parte do prestador de serviços	12
Cláusula 20. ^a – Foro competente.....	12
Cláusula 21. ^a – Comunicações e notificações	12
Cláusula 22. ^a – Trabalhadores afetos à prestação de serviços.....	12
Cláusula 23. ^a – Contagem dos prazos	13
Cláusula 24. ^a – Legislação aplicável	13
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	13
Cláusula 25. ^a – Âmbito	13
Cláusula 26. ^a – Descrição dos trabalhos	13
Cláusula 27. ^a – Entregáveis	25
Cláusula 29. ^a – Procedimento de atribuição de financiamento	25

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª – Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto principal a aquisição de serviços “Condomínios de Aldeia: Tâmega e Sousa | Transformação da paisagem”.
2. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos dos artigos 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 2.ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros.

Cláusula 3.ª – Local da prestação de serviços

Os serviços objeto do contrato serão prestados nos 14 Condomínios de Aldeia, locais indicados pela entidade adjudicante na área da NUT III Tâmega e Sousa, tendo em conta a natureza dos serviços a prestar, de acordo com a cláusula 25ª e seguintes.

Cláusula 4.ª – Prazo

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo máximo de 180 dias ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato entra em vigor no dia seguinte ao da data da sua assinatura.
3. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.
4. A execução das prestações que constituem o objeto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa sempre que se verifique a impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora da entidade adjudicante na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução, ou exceção de não cumprimento, nos termos do disposto nos artigos 297.º e 298.º do CCP.
5. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no número 1 e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

Cláusula 5.ª – Preço base

6. O preço base global para a elaboração do serviço previsto nos 4 lotes a contratar é de 320 553,58€ (trezentos e vinte mil quinhentos e cinquenta e três euros e cinquenta e oito cêntimos).
7. O valor base está desagregado, por Lotes, da seguinte forma:
 - a. **Lote 1 – Baião.** O valor do lote é 107 532,66€ (cento e sete mil quinhentos e trinta e dois euros e sessenta e seis cêntimos), sendo desagregado da seguinte forma, que correspondem a valores máximos por condomínio:
 - i. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Lameirão” - 44 176,33€ (quarenta e quatro mil cento e setenta e seis euros e trinta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - ii. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Almofrela” - 21 571,84€ (vinte e um mil quinhentos e setenta e um euros e oitenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - iii. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Calvos” - 41 784,49€ (quarenta e um mil setecentos e oitenta e quatro

euros e quarenta e nove cêntimos), acrescido de quarenta e nove cêntimos) IVA à taxa legal em vigor.

b. Lote 2 – Cinfães. O valor do lote é 88 818,00€ (oitenta e oito mil oitocentos e dezoito euros), sendo desagregado da seguinte forma:

- i. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Marcelim” – 19 378,94€ (dezanove mil trezentos e setenta e oito euros e noventa e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- ii. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Aveloso” - 6 573,78€ (seis mil quinhentos e setenta e três euros e setenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- iii. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Meridãos” - 11 534,67€ (onze mil quinhentos e trinta e quatro euros e sessenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- iv. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Sá” - 12 326,16€ (doze mil trezentos e vinte e seis euros e dezasseis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- v. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Paradela” - 39 004,45€ (trinta e nove mil quatro euros e quarenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

c. Lote 3 – Marco de Canaveses. O valor do lote é 27 451,72€ (vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta e um euros e setenta e dois cêntimos), sendo desagregado da seguinte forma:

- i. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Senradelas” – 27 451,72€ (vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta e um euros e setenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

d. Lote 4 – Resende. O valor do lote é 96 751,20€ (noventa e seis mil setecentos e cinquenta e um euros e vinte cêntimos), sendo desagregado da seguinte forma:

- i. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Fazamões” - 21 323,99€ (vinte e um mil trezentos e vinte e três euros e noventa e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- ii. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Beirós” - 17 301,77€ (dezassete mil trezentos e um euros e setenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- iii. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Panchorrinha” - 20 931,10€ (vinte mil novecentos e trinta e um euros e dez cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

- iv. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Mariares” - 20 965,23€ (vinte mil novecentos e sessenta e cinco euros e vinte e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- v. Aquisição de serviços para execução do projeto “Condomínio de Aldeia de Talhada” - 16 229,11€ (dezaséis mil duzentos e vinte e nove euros e onze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 6.ª – Esclarecimentos de dúvidas na interpretação dos documentos que regem a prestação de serviços

1. As dúvidas que o adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação de serviços devem ser submetidas à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa antes do início da execução da prestação de serviços a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução da prestação de serviços a que dizem respeito, deverá o adjudicatário submetê-las, imediatamente, à Comunidade Intermunicipal juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. A falta de cumprimento do disposto no número anterior torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

Cláusula 7.ª – Obrigações do adjudicatário

1. A natureza dos serviços a prestar são os seguintes:
 - a. Recuperação dos territórios agrícolas ou agroflorestais abandonados e reconversão dos territórios florestais para usos agrícolas e silvopastoris;
 - b. Melhoramento de rede viária florestal de acesso alternativo a áreas edificadas com um único ponto de acesso viário sem saída;
2. Constitui ainda obrigação do cocontratante a entrega de um cronograma de execução dos serviços a prestar em cada um lotes contendo a proposta de plano de pagamentos, no prazo de 15 dias após a outorga do contrato, para validação pelos serviços da CIM do Tâmega e Sousa, respeitando as tipologias de atividades previstas na cláusula 26.ª, bem como o prazo total de vigência do contrato, associando ao mesmo um plano de pagamentos que reflita a execução de serviços proposta.
3. Caso os serviços da CIM do Tâmega e Sousa detetem alguma incongruência na sequência das atividades propostas no cronograma notificará o prestador de serviços para corrigir o documento no prazo de 5 dias.

4. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário a obrigação da prestação de serviços da execução do contrato, mais bem descrito na cláusula 26ª, com a qualidade expectável e a obrigação de cumprimento do cronograma proposto.
5. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
6. O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

Cláusula 8.ª – Prazo de execução

1. O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no caderno de encargos no prazo de 180 dias, após a outorga do contrato.
2. O contrato pode ser objeto de uma renovação, mediante deliberação da entidade adjudicante, a comunicar ao adjudicatário um mês antes da cessação do contrato, tendo a duração máxima de 240 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no número 1, e caso não tenha sido atingido o valor contratual previsto, extingue-se o contrato sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

Cláusula 9.ª – Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CIM do Tâmega e Sousa, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever do sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviço ou

que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.ª – Proteção de dados pessoais

Na realização de quaisquer trabalhos no âmbito do contrato, o adjudicatário obriga-se a cumprir todas as normas constantes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (cf. REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de abril de 2016) (RGPD), em particular no que diz respeito aos artigos 28.º a 32.º.

- a) No que se refere ao tratamento de dados pessoais, pelo adjudicatário, deverá circunscrever-se apenas à informação fornecida pela entidade adjudicante.
- b) Em circunstância alguma o adjudicatário procederá à recolha de dados pessoais no decorrer da execução da prestação de serviços;
- c) O adjudicatário deverá a qualquer altura, por solicitação da entidade adjudicante, ser capaz de prestar provas de todas as atividades de tratamento dos dados sob a sua responsabilidade, tal como previsto no n.º 2 do artigo 30.º do RGPD, sem prejuízo de adotar as medidas técnicas e organizativas adequadas em ordem à satisfação das disposições do RGPD.
- d) O disposto nos números antecedentes não prejudica, caso se revele necessário, celebrar contrato avulso a que se refere o artigo 28.º, n.º 3, do RGPD.

Cláusula 11.ª – Preço contratual

- 1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços, por lote, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, bem como o aluguer de espaços.
- 3. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a CIM do Tâmega e Sousa deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, que não poderá ser superior ao preço máximo fixado no presente caderno de encargos.

Cláusula 12.ª – Condições de pagamento

1. O pagamento do serviço objeto do presente contrato será executado em função do cumprimento pelo adjudicatário das obrigações assumidas no contrato e em função do previsto no cronograma e respetivo plano de pagamento;
2. As quantias devidas pela CIM do Tâmega e Sousa, nos termos do número anterior, devem ser pagas, no prazo de 30 dias, após receção pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, sita na Avenida José Júlio, 42, 4560-547 Penafiel, das respetivas faturas;
3. As faturas deverão ser emitidas em nome da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, com referência ao n.º do Compromisso;
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 2 as faturas serão pagas, através de cheque ou transferência bancária, para número de identificação bancária e instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços;
5. Em caso de discordância por parte da CIM do Tâmega e Sousa, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 13.ª – Revisão de preço e adiantamentos

Não há direito a revisão de preços e não haverá lugar a adiantamentos nem a prémios por cumprimento antecipado.

Cláusula 14.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo Prestador de Serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 15.ª – Modificações objetivas do contrato

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 312.º e 313.º, ambos do CCP, o contrato poderá ser modificado, desde que sejam cumpridos os seguintes requisitos cumulativos:
 - a) Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
 - b) Não poderá resultar num aumento do preço contratual;

- c) O prazo de execução do contrato não poderá ser considerado fator ou subfactor que densifique o critério de adjudicação em termos de proposta economicamente mais vantajosa.
 - d) Os aspetos relacionados com a modificação do contrato não poderão estar submetidos pelo caderno de encargos à concorrência de mercado.
2. No caso dos contratos não sujeitos a forma escrita, salvo previsão expressa no programa de procedimento e nas situações previstas no artigo 95.º, n.º 1, do CCP, constituirá forma bastante a junção ao processo administrativo de documento comprovativo da aceitação da modificação por parte do cocontratante e o despacho de aprovação por parte da entidade adjudicante.
 3. Encontram-se na previsão da alínea c) do n.º 1, os contratos plurianuais que, por motivo fundamentado, não possam ser objetivamente executados no período inicialmente previsto.

Cláusula 16.ª – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa pode exigir do fornecedor o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante até 20% do preço contratual a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos da legislação em vigor;
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento;
3. Se o valor acumulado das penalidades previstas na presente cláusula for igual ou superior 20% (vinte por cento) do preço contratual, a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa poderá resolver o contrato;
4. As penalidades serão aplicadas mediante notificação ao adjudicatário;
5. A aplicação de penalidades está sujeita a audiência prévia do adjudicatário;
6. A aplicação de penalidades não tem a natureza de cláusula penal, não prejudicando o direito da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa de ser ressarcido nos termos gerais de Direito pelos prejuízos causados pelo incumprimento das obrigações do adjudicatário.

Cláusula 17.ª – Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que

impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, constituem casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.ª – Resolução do contrato pela entidade adjudicante

1. O incumprimento do contrato por qualquer das partes contratantes dará à parte não faltosa o direito de o resolver nos termos gerais do direito.

2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviço e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 19.ª – Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º do CCP.

Cláusula 20.ª – Foro competente

Estabelece-se que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel é o foro competente para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato.

Cláusula 21.ª – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª – Trabalhadores afetos à prestação de serviços

1. O prestador de serviços obriga-se a cumprir o disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável por via do n.º 2 do artigo 451.º do mesmo diploma, nos termos do qual:
 - a. Sendo a vigência do contrato superior a 1 ano, os trabalhadores afetos ao contrato prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo;
 - b. Sendo a vigência do contrato igual ou inferior a 1 ano, os trabalhadores afetos ao contrato podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, não podendo o vínculo laboral ter duração inferior à vigência do contrato de prestação de serviços.
2. São aplicáveis as exceções previstas nos n.os 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP.

Cláusula 23.ª – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, sendo considerados sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 25.ª – Âmbito

O “Condomínio de Aldeia” estabelece-se como uma medida de proteção das aldeias localizados em territórios rurais, com o objetivo de atuar na envolvente das áreas edificadas mais vulneráveis ou críticas, através do apoio a ações que promovam alterações do uso do solo de áreas de matos e floresta para outros usos, incluindo agrícolas, silvopastoris ou de recreio e lazer, contribuindo para a resiliência das comunidades, fomento das economias locais e para a biodiversidade.

A Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa submeteu uma candidatura no âmbito do aviso de abertura de concurso ao financiamento de Investimento RE – C08-I01: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis N.º 04/C08-I01.01/2023 Condomínio de Aldeia: Programa Integrado de Apoio às Aldeias Localizadas em Territórios de Floresta.

O presente projeto tem com objetivo a criação de 14 condomínios de aldeia, atuando maioritariamente ao nível de reconversão da paisagem, de forma a diminuir o risco de incêndios rurais e promover a biodiversidade e a resiliência dos territórios. Como verificado na avaliação da Ecologia do fogo, a perigosidade de incêndio rural na envolvente à área edificada é, em praticamente todas as Aldeias “Alta” ou “Muito Alta” pelo que é premente a intervenção nos locais identificados. Para além disso, o presente projeto pretende implementar soluções de remoção da biomassa florestal, da retenção de maiores níveis de CO2 com recurso a espécies folhosas autóctones, da valorização das aldeias do ponto de vista paisagístico, da garantia de maior segurança e conforto à população uma vez que, em substituição de áreas abandonadas e geridas deficitariamente passará a existir uma gestão mais sustentável e ordenamento do solo.

Cláusula 26.ª – Descrição dos trabalhos

No âmbito do projeto “Condomínio de Aldeia: Tâmega e Sousa| Transformação da paisagem”, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

1. Localização ([ver aqui](#)).

Região	Concelho	Freguesia	Aldeia	Coordenadas geográficas do centroide da Aldeia	N.º de residentes do condomínio (INE, 2021)
Tâmega e Sousa	Baião	Gove	Lameirão	5840,99455000; 165472,75660000	65
		UF Campelo e Ovil	Almofrela	6367,887811; 167514,69540000	9
		UF Loivos da Ribeira e Tresoura	Calvos	16975,52976000; 164545,65420000	20
	Resende	Paus	Fazamões	18666,82422000; 154300,80910000	31
		UF de Felgueiras e Feirão	Beirós	16032,87183000; 155163,43190000	13
		UF de Ovadas e Panchorra	Panchorrinha	14580,18111000; 152727,18540000	7
			Mariares	14402,52962000; 153252,12740000	11
			Talhada	14963,55396000; 151221,52260000	43
	Cinfães	Nespereira	Paradela	-708,78782700; 146735,76740000	180
		Tendais	Aveloso	4745,14245800; 146476,29320000	43
			Marcelim	5436,34309700; 151838,84980000	45
			Meridãos	6347,76092800; 149588,31470000	87
			Sá	5666,03432500; 149393,29320000	26
	Marco de Canaveses	Soalhães	Senradelas	5218.72032788812; 166817	67

2. Identificação dos “Quocientes de Localização”

Gove: **1,26**; UF Campelo e Ovil: **1,42**; UF Loivos da Ribeira e Tresoura: **1,14**; Paus: **1,42**; UF de Felgueiras e Feirão: **1,36**; UF de Ovadas e Panchorra: **1,62** ; Nespereira: **1,57**; Tendais: **1,56**; Soalhães: **1,34**

3. Projeto individualizado por Condomínio e vi. Extensão da interface direta

Para verificação e cálculo da envolvente em que se inserem os “Condomínio de Aldeia”, foi considerado um buffer de 100m.

Aldeia	Extensão da interface direta (m)	Extensão da interface direta (%)	Uso e ocupação do solo	Área (ha)
Lameirão	582,41	47,95	Matos	4,69
			Florestas de pinheiro-bravo	4,08
			Culturas temporárias de sequeiro e regadio	3,45
			Florestas de eucalipto	1,20
Almofrela	533,71	38,45	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	5,22
			Florestas de outros carvalhos	4,10
			Matos	2,98
			Florestas de pinheiro-bravo	0,27
Calvos	298,54	16,53	Vinhas	18,37
			Matos	8,21
			Mosaicos culturais e parcelares complexos	7,21
			Florestas de pinheiro-bravo	3,32
			Florestas de outras folhosas	0,22
Fazamões	954,63	63,94	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	6,01
			Florestas de outros carvalhos	4,43
			Culturas temporárias de sequeiro e regadio	3,01
			Pomares	3,73
			Florestas de pinheiro-bravo	0,68
Beirós	572,95	56,42	Florestas de outros carvalhos	5,45
			Agricultura com espaços naturais e seminaturais	4,42
			Culturas temporárias de sequeiro e regadio	3,50
			Pomares	0,56
			Florestas de pinheiro-bravo	0,30
			Matos	0,05
			Florestas de outras folhosas	3,52
Panchorrinha	770,07	84,80	Matos	3,02
			Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2,84
			Culturas temporárias de sequeiro e regadio	1,12
			Pastagens espontâneas	0,28
			Florestas de outros carvalhos	0,06
			Pastagens melhoradas	0,06
			Agricultura com espaços naturais e seminaturais	7,11
Mariares	765,44	85,31	Matos	3,35

Talhada	594,07	40,58	Pastagens melhoradas	3,30
			Florestas de outras folhosas	2,27
			Matos	7,50
			Culturas temporárias de sequeiro e regadio	6,06
			Pastagens espontâneas	0,93
Paradela	2242,84	36,28	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	31,57
			Florestas de eucalipto	15,14
			Agricultura com espaços naturais e seminaturais	4,50
			Matos	4,41
			Florestas de pinheiro-bravo	4,31
			Mosaicos culturais e parcelares complexos	3,50
			Florestas de outras folhosas	3,13
			Florestas de outros carvalhos	1,49
Marcelim	714,81	44,88	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	8,27
			Matos	4,89
			Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2,90
			Florestas de pinheiro-bravo	2,58
			Florestas de outros carvalhos	0,50
Aveloso	595,92	61,75	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	4,25
			Matos	4,74
			Pastagens melhoradas	1,29
			Florestas de outros carvalhos	0,98
Meridãos	781,43	26,15	Mosaicos culturais e parcelares complexos	15,36
			Culturas temporárias de sequeiro e regadio	14,72
			Agricultura com espaços naturais e seminaturais	12,37
			Florestas de outros carvalhos	1,74
			Florestas de castanheiro	1,02
Sá	0,00	0,00	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	17,72
			Florestas de outros carvalhos	2,00
			Matos	0,18
Senradelas	834,65	56,45	Matos	8,95
			Culturas temporárias de sequeiro e regadio	7,24
			Florestas de outras folhosas	1,91
			Florestas de castanheiro	1,40
			Florestas de pinheiro-bravo	1,05

		Florestas de outros carvalhos	0,82
--	--	-------------------------------	------

4. Áreas a reconverter

Lote 1 - Baião

Aldeia: Lameirão (Freguesia de Gove – Baião)

Caracterização área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção
Território agroflorestal abandonado	Reconversão para prados e pastagens permanentes para corte ou pastoreio	Desramação. Sementeira Convencional – Melhoramento de pastagens. Vedação.	0,77 ha
Território agroflorestal abandonado	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção. Plantação de medronheiro. Fertilização. Ripagem cruzada. Despedra. Gradagem. Matéria Orgânica (2 ton/ha).	0,03 ha
Território Florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção. Desramação. Poda de Formação. Redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha. Plantação de castanheiros (50%). Fertilização (50%). Seleção de Varas	6,58 ha
Território Florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção. Plantação com medronheiro. Fertilização. Ripagem Cruzada. Despedrega. Gradagem. Matéria Orgânica (2 ton/ha).	3,13 ha
Território Florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção. Desramação. Redução de densidade excessiva com menos de 3000arv/ha. Plantação com medronheiro (60%). Fertilização (60%).	0,89 ha
Território florestal	Melhoria da Rede viária	Manutenção da rede viária com alargamento	0,07 Km

Aldeia: Almofrela (UF Campelo e Ovil – Baião)

Caracterização área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção (ha)
Território Florestal	Sistema Agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção. Plantação de medronheiro. Fertilização. Ripagem cruzada. Despedrega. Gradagem. Colocação matéria orgânica 2ton/ha.	3,05 ha

Território Florestal	Prados e pastagens permanentes para corte ou pastoreio	Desramação. Redução da densidade excessiva com menos de 3000 arv. /ha. Sementeira convencional – melhoramento de pastagens. Colocação de vedação.	0,01 ha
Território Florestal	Prados e pastagens permanentes para corte ou pastoreio	Sementeira convencional – melhoramento de pastagens. Colocação de vedação.	0,20 ha
Território Florestal	Sistema Agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatação. Redução da Densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha. Plantação com castanheiros. Fertilização.	1,16 ha

Aldeia: Calvos (UF Loivos da Ribeira e Tresoura – Baião)

Caracterização área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção (ha)
Território Agrícola Abandonado	Sistema Agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatação. Redução da densidade excessiva com menos de 3000 árvores/ha. Plantação com medronheiro. Fertilização. Ripagem cruzada. Controlo de invasoras lenhosas – corte e pincelagem. Despedrega. Gradagem. Matéria Orgânica	0,37 ha
Território Agrícola Abandonado	Sistema Agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatação. Redução da densidade excessiva com menos de 3000 árvores/há (10%). Plantação com medronheiro. Fertilização. Ripagem cruzada. Controlo de invasoras lenhosas – corte e pincelagem (10%). Despedrega. Gradagem. Matéria Orgânica 2 ton/ha	0,29 ha
Território Florestal	Sistema Agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatação. Poda de formação. Plantação com castanheiro (50%). Fertilização (50%). Seleção de varas.	2,63 ha
Território Florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatação. Redução da densidade excessiva com menos de 3000 árvores/há (10%). Plantação com medronheiro. Fertilização. Ripagem Cruzada. Controlo de invasoras lenhosas – corte e pincelagem (10%). Despedrega. Gradagem. Matéria Orgânica 2 ton/há.	4,06 ha

Território agroflorestal abandonado	Sistema Agrícola com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção. Plantação com medronheiro. Fertilização. Ripagem Cruzada. Despedrega. Gradagem. Matéria Orgânica 2 ton/ha	1,65 ha
-------------------------------------	---	--	---------

Lote 2 – Cinfães

Aldeia: Marcelim (Freguesia de Tendais – Cinfães)

Caracterização área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção
Território Florestal	Sistema agrícola com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção. Poda de formação. Plantação com castanheiro (50%). Fertilização (50%).	2,34 ha
Território Florestal	Prados e pastagens permanentes para corte ou pastoreio	Sementeira Convencional – Melhoramento de Pastagens. Vedação. Matéria Orgânica 2 ton/ha.	4,48 ha
Território Agrícola Abandonado	Sistema Agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desramação. Poda de formação. Redução da densidade excessiva com menos de 3000 arv./ha. Plantação com castanheiro (50%). Fertilização (50%). Sementeira Convencional – Melhoramento de Pastagens. Vedação.	0,13 ha
Território Florestal	Manutenção da rede viária	Manutenção da rede viária (caminho) muito degradado com alargamento.	0,34 Km

Aldeia: Aveloso (Freguesia de Tendais – Cinfães)

Caracterização área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção
Território de Intervenção	Prados e pastagens permanentes para corte ou pastoreio	Sementeira Convencional - Melhoramento de Pastagens. Vedação. Matéria orgânica 2ton./ha	2,75 ha
Território Florestal	Manutenção da rede viária	Manutenção da rede viária (caminho) muito degradado com alargamento.	0,28 Km

Aldeia: Meridãos (Freguesia de Tendais – Cinfães).

Tipologia área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção (ha)
Território Agrícola Abandonado	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desramação. Poda de formação. Redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha (10%). Plantação com castanheiro (50%). Fertilização (50%). Sementeira Convencional – Melhoramento de pastagens. Vedação. Matéria orgânica 2 ton./ha	1,74 ha

Território Florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desramação. Poda de formação. Redução de densidade excessiva com menos de 3000a\rv./ha (10%). Plantação com castanheiro (50%). Fertilização (50%). Sementeira Convencional – Melhoramento de pastagens. Matéria orgânica 2ton/ha	0,69 ha
----------------------	--	--	---------

Aldeia: Paradela (Freguesia de Nespereira – Cinfães).

Tipologia área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção (ha)
Território florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatação. Plantação com castanheiro. Fertilização. Ripagem Cruzada. Matéria orgânica 2 ton/ha	9,41 ha

Aldeia: Sá (Freguesia de Tendais – Cinfães).

Tipologia área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção (ha)
Território florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desramação. Poda de formação. Redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv./ha. Plantação com castanheiros (50%). Fertilização (505). Seleção de varas. Sementeira Convencional - Melhoramento de Pastagens. Matéria orgânica.	0,36 ha
Território florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desramação. Poda de formação. Redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha. Plantação com castanheiros (50%). Fertilização (50%). Seleção de varas. Sementeira Convencional - Melhoramento de Pastagens. Vedação. Matéria orgânica 2 ton/há.	1,61 ha
Território agrícola abandonado	Sistema agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desramação. Poda de formação. Redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha. Plantação com castanheiros (50%). Fertilização (50%). Seleção de varas. Sementeira Convencional - Melhoramento de Pastagens. Matéria Orgânica 2 ton/ha	0,23 ha

Lote 3 – Marco de Canaveses

Aldeia: Senradelas (Freguesia de Soalhões – Marco de Canaveses)

Tipologia área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção (ha)
---------------------------	-------------------------------------	-------------------------------	--------------------------

Território florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção. Desramação. Poda de formação. Redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha. Plantação com castanheiro (50%). Fertilização (50%). Seleção de varas. Matéria orgânica 2 ton/há.	1,45 ha
Território florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção. Desramação. Poda de formação. Plantação com castanheiro (80%). Fertilização (80%). Seleção de varas. Ripagem cruzada. Matéria orgânica 2 ton/ha.	4,11 ha
Território florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Plantação com castanheiro. Fertilização. Ripagem Cruzada. Matéria orgânica 2 ton/ha	0,56 ha

Lote 4 – Resende

Aldeia: Fazamões (Paus – Resende)

Caracterização área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção (ha)
Território agroflorestal abandonado	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção, poda de formação, plantação com castanheiro, fertilização.	0,30 ha
Território agroflorestal abandonado	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção, desramação, poda de formação, redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha, plantação com castanheiro (50%), fertilização (50%), Seleção de Varas	5,14 ha
Território Florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural	Desmatção, desramação, poda de formação	2,10 ha
Território agroflorestal abandonado	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção, desramação, poda de formação, Redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha, plantação com castanheiros 50%, fertilização 50%	0,12 ha

Aldeia: Beirós (UF de Felgueiras e Feirão – Resende)

Caracterização área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção (ha)
Território agroflorestal abandonado	Sistema agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção, Desramação, poda de formação, redução de densidade excessiva com menos de 3000arv/ha, plantação com castanheiro 50%, fertilização 50%, seleção de varas.	1,00 ha
Território Florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção, Desramação, poda de formação, redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha, plantação com castanheiro 80%, fertilização 80%, seleção de varas.	1,14 ha

Território Florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção, desramação, poda de formação, redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha, plantação com castanheiro 50%, fertilização 50%, seleção de varas.	1,56 ha
Território Agrícola Abandonado	Sistema Agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção, plantação com castanheiro, fertilização.	0,39 ha
Território agroflorestal abandonado	Sistema Agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção, desramação, poda de formação, redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha, plantação com castanheiro 80%, fertilização 80%, seleção de varas.	0,69 ha

Aldeia: Panchorrinha (UF de Ovadas e Panchorra – Resende)

Caracterização área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção (ha)
Território agrícola abandonado	Sistema Agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção, desramação, redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha, plantação com medronheiro 60%, fertilização 60%, seleção de varas	1,32 ha
Território Florestal	Sistema Agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção, desramação, redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha, plantação com medronheiro 60%, fertilização 60%, seleção de varas	2,28 ha
Território Florestal	Sistema Agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Plantação com medronheiro, fertilização, ripagem cruzada	0,03 ha
Território Florestal	Sistema Agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção, Plantação com medronheiro, fertilização, ripagem cruzada, despedrega, gradagem, matéria orgânica 2ton/ha	1,56 ha

Aldeia: Mariares (UF de Ovadas e Panchorra – Resende)

Caracterização área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção (ha)
Território agrícola abandonado	Sistema agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção, desramação, redução da densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha, plantação com medronheiro 50%, fertilização 50%, seleção de varas	0,11 ha
Território Agrícola Abandonado	Prados e pastagens permanentes para corte ou pastoreio	Sementeira convencional – melhoramento de pastagens, vedação	0,38 ha
Território Florestal	Sistema Agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção, desramação, redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha, plantação com medronheiro 50%, fertilização 50%, seleção de varas	3,89 ha

Território Florestal	Prados e pastagens permanentes para corte ou pastoreio	Sementeira convencional – melhoria de pastagens, vedação, gradagem, matéria orgânica 2ton/ha	1,80 ha
----------------------	--	--	---------

Aldeia: Talhada (UF de Ovadas e Panchorra – Resende)

Caracterização área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção (ha)
Território agrícola abandonado	Prados e pastagens permanentes para corte ou pastoreio	Sementeira convencional – Melhoria de pastagens, gradagem, matéria orgânica 2ton/ha	0,05 ha
Território agrícola abandonado	Prados e pastagens permanentes para corte ou pastoreio	Sementeira convencional – Melhoria de pastagens, vedação, gradagem, matéria orgânica 2ton/ha	0,26 ha
Território Florestal	Prados e pastagens permanentes para corte ou pastoreio	Sementeira convencional – Melhoria de pastagens, vedação, gradagem, matéria orgânica 2ton/ha	5,54 ha

Aldeia: Marcelim (Freguesia de Tendais – Cinfães)

Caracterização área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção
Território Florestal	Sistema agrícola com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatção. Poda de formação. Plantação com castanheiro (50%). Fertilização (50%).	2,34 ha
Território Florestal	Prados e pastagens permanentes para corte ou pastoreio	Sementeira Convencional – Melhoria de Pastagens. Vedação. Matéria Orgânica 2 ton/ha.	4,48 ha
Território Agrícola Abandonado	Sistema Agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desramação. Poda de formação. Redução da densidade excessiva com menos de 3000 arv./ha. Plantação com castanheiro (50%). Fertilização (50%). Sementeira Convencional – Melhoria de Pastagens. Vedação.	0,13 ha
Território Florestal	Manutenção da rede viária	Manutenção da rede viária (caminho) muito degradado com alargamento.	0,34 Km

Aldeia: Aveloso (Freguesia de Tendais – Cinfães)

Caracterização área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção
Território de Intervenção	Prados e pastagens permanentes para corte ou pastoreio	Sementeira Convencional - Melhoria de Pastagens. Vedação. Matéria orgânica 2ton./ha	2,75 ha
Território Florestal	Manutenção da rede viária	Manutenção da rede viária (caminho) muito degradado com alargamento.	0,28 Km

Aldeia: Meridãos (Freguesia de Tendais – Cinfães).

Tipologia área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção (ha)
Território Agrícola Abandonado	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desramação. Poda de formação. Redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha (10%). Plantação com castanheiro (50%). Fertilização (50%). Sementeira Convencional – Melhoramento de pastagens. Vedação. Matéria orgânica 2 ton./ha	1,74 ha
Território Florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desramação. Poda de formação. Redução de densidade excessiva com menos de 3000a\rv./ha (10%). Plantação com castanheiro (50%). Fertilização (50%). Sementeira Convencional – Melhoramento de pastagens. Matéria orgânica 2ton/ha	0,69 ha

Aldeia: Paradela (Freguesia de Nespereira – Cinfães).

Tipologia área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção (ha)
Território florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento da regeneração natural e plantações agrícolas	Desmatação. Plantação com castanheiro. Fertilização. Ripagem Cruzada. Matéria orgânica 2 ton/ha	9,41 ha

Aldeia: Sá (Freguesia de Tendais – Cinfães).

Tipologia área a intervir	Proposta de intervenção/reconversão	Caracterização da intervenção	Área de intervenção (ha)
Território florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desramação. Poda de formação. Redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv./ha. Plantação com castanheiros (50%). Fertilização (505). Seleção de varas. Sementeira Convencional - Melhoramento de Pastagens. Matéria orgânica.	0,36 ha
Território florestal	Sistema agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desramação. Poda de formação. Redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha. Plantação com castanheiros (50%). Fertilização (50%). Seleção de varas. Sementeira Convencional - Melhoramento de Pastagens. Vedação. Matéria orgânica 2 ton/há.	1,61 ha
Território agrícola abandonado	Sistema agroflorestal com aproveitamento de regeneração natural e plantações agrícolas	Desramação. Poda de formação. Redução de densidade excessiva com menos de 3000 arv/ha. Plantação com castanheiros (50%). Fertilização (50%). Seleção de varas. Sementeira	0,23 ha

		Convencional - Melhoramento de Pastagens. Matéria Orgânica 2 ton/ha	
--	--	--	--

Cláusula 27.ª – Entregáveis

Entrega de relatório de execução das ações realizadas, incluindo a cartografia associada, e respetiva execução financeira até 30 dias após a concretização das ações previstas para cada um dos Condomínios de Aldeia.

Cláusula 28.ª – Procedimento de atribuição de financiamento

O adjudicatário deverá apoiar a CIM do Tâmega e Sousa em todo e qualquer procedimento de atribuição de financiamento a estas tarefas, auxiliando no preenchimento de formulários ou elaboração de documentos, como elaboração de candidaturas.

Anexo I

Definições

- **Aldeia** - Aglomerados populacionais que agregam uma ou mais áreas edificadas e que têm uma toponímia associada.
- **Áreas Edificadas** - Segundo alínea b) do nº1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, são consideradas “Áreas Edificadas” os conjuntos de edifícios contíguos ou próximos, distanciados entre si no máximo 50 m e com 10 ou mais fogos, em solo rústico ou urbano, delimitados por uma linha poligonal fechada, encerrando a menor área possível, que englobe cada conjunto de edifícios, a qual corresponde à interface de áreas edificadas.
- **Condomínio de Aldeia** - Projeto de intervenção a implementar nos aglomerados situados nos territórios rurais, priorizando a sua envolvente, com o objetivo de promover alterações do uso do solo de áreas de matos e floresta para outros usos, incluindo agrícolas, silvopastoris ou de recreio e lazer, contribuindo para a resiliência das comunidades, fomento das economias locais e para a biodiversidade.
- **Incêndio Rural** - Segundo alínea i) do nº 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, “Incêndio Rural” é a deflagração ou progressão do fogo, de modo não planeado ou não controlado, em território rural, requerendo ações de supressão.
- **Territórios Rurais** - Segundo alínea r) do nº 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, “Territórios Rurais” são os territórios florestais e os territórios agrícolas.